

CORREIO PAULISTANO



Evento teve apoio da vereadora Edir Sales (PSD).

Amizade de associações chinesas no Brasil

A Câmara Municipal de São Paulo sediou uma solenidade em celebração da amizade e filantropia da Associação de Caridade da Comunidade Chinesa no Brasil e Associação Chinesa de Wenzhou no Brasil. O evento teve apoio da vereadora Edir Sales (PSD). Autoridades e personalidades chinesas foram homenageadas na solenidade. “A contribuição que os chineses dão na área gastronômica, cultura, economia, uma grande contribuição.

Então, acho importante você reconhecer aqueles que realmente têm esse trabalho diferenciado e os chineses são muito acolhedores também”, disse a vereadora Edir Sales (PSD). Entre os representantes do país asiático, Chen Jian, Presidente da Associação de Caridade da Comunidade Chinesa do Brasil disse que a Associação trabalhou muito para ajudar as vítimas das enchentes do Rio Grande do Sul e que também tem esse tipo de ação na China.

Vereadores de Ibirarema

Uma comitiva formada por quatro vereadores de Ibirarema se reuniu com o presidente da Câmara Municipal de São Paulo, vereador Ricardo Teixeira (UNIÃO). O objetivo foi estreitar os laços entre

as cidades e conhecer o Palácio Anchieta. Ibirarema fica há cerca de 400 quilômetros da capital paulista e é composta por 6.385 habitantes, de acordo com o último Censo do IBGE.

Douglas Ferreira / REDE CÂMARA SP



Vereadores receberam grupo de robótica One Way

Audiência: microplásticos no meio ambiente

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo realizou Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei do vereador Gilberto Nascimento (PL), que autoriza a Prefeitura a elaborar diretrizes específicas voltadas à redução, monitoramento e gerenciamento da presença de microplásticos no meio ambiente local. A discussão foi marcada pela visita do grupo de robótica One Way Bots que, em

uma pesquisa de projeto de inovação para uma competição de robótica, percebeu a presença de materiais de plástico nas águas da Represa Guarapiranga – zona sul da capital. O supervisor e professor do projeto, Ellery Bann, valorizou a importância das crianças produzirem o texto da proposta. “Elas sentiram que precisava ser mais divulgado e tivemos a oportunidade de trabalhar com os vereadores da cidade de São Paulo”.

R\$ 30 mil para moda sustentável

A Prefeitura de São Paulo está com inscrições abertas, até 9 de dezembro, para a 2ª edição do Fashion Sampa, iniciativa com foco em negócios sustentáveis. Os 25 empreendedores selecionados receberão um aporte de R\$ 30 mil, além de capacitações especializadas. Todo o processo de aceleração é gratuito, com início das atividades previsto para janeiro de 2026. O apoio financeiro será disponibilizado na forma

de mobiliário, maquinário, materiais e serviços. O programa também oferece desenvolvimento de planos de crescimento, orientação técnica e gerencial individual, além de capacitações coletivas. Podem se inscrever empreendedores de moda que atuem com produção têxtil sustentável e de impacto, design autoral, marcas independentes, articulação comercial e organização de eventos de moda.

Pinacoteca de SP: 120 anos de arte, memória e cultura

Trajetória centenária da Pina Luz já teve ação circulante.

A Pinacoteca do Estado de São Paulo, que hoje se encontra no bairro da Luz, na capital Paulista, está prestes a completar 120 anos, consolidando-se como um símbolo vivo da arte e da memória cultural brasileira. Fundada em 24 de dezembro de 1905 pelo Governo Paulista, é o museu de arte mais antigo da cidade. Desde então, desempenha um papel central na preservação, divulgação e experimentação artística, especialmente no que diz respeito à produção nacional.

Origens e Fundação

O edifício onde está sediada a Pinacoteca — conhecido hoje como Pina Luz — tem uma história anterior ao museu. Projetado por Ramos de Azevedo e Domiziano Rossi, ele foi construído no final do século XIX para abrigar o Liceu de Artes e Ofícios, instituição voltada para a formação de artesãos.

Quando a galeria foi oficialmente criada, o acervo inicial comportava 26 pinturas, muitas delas transferidas do Museu Paulista.

Crescimento e Consolidação

Nos primeiros anos, a Pinacoteca foi regulamentada como museu público em 1911, ampliando sua coleção com



Divulgação

Fachada da sede da Pinacoteca, na cidade de São Paulo, que fará 120 anos em 2025.

obras de artistas brasileiros e estrangeiros. Durante a década de 1950, o museu inovou com a Pinacoteca Circulante, projeto pioneiro que levou seu acervo para cidades do interior paulista, exibindo obras em escolas, clubes, prefeituras e outros espaços comunitários.

Em 1947, o museu retornou definitivamente ao seu prédio original na Avenida Tiradentes, consolidando sua sede própria.

Nas décadas finais do século XX, a Pinacoteca passou por uma renovação marcante. O arquiteto Paulo Mendes da Rocha liderou a reforma entre 1994 e 1998, adaptando o edifício histórico para os padrões

museológicos contemporâneos. Sua intervenção incluiu claraboias de aço e vidro nos pátios, passarelas metálicas entre ambientes, melhorias técnicas na reserva técnica, climatização e segurança.

Esse projeto rendeu reconhecimento internacional: a restauração recebeu o Prêmio Mies van der Rohe América Latina.

Um Acervo Vivo e Diversificado

A Pinacoteca abriga uma coleção com mais de mil obras em exibição permanente, reunindo artistas históricos e contemporâneos – nacionais e internacionais.

Além disso, sua programação educacional e pública destaca-se pela pluralidade: o museu promove projetos multidisciplinares e iniciativas para ampliar o acesso à arte.

Relevância Cultural na Atualidade

Ao longo dos 120 anos, a Pinacoteca se firmou como referência nacional e latino-americana.

Sua trajetória reflete momentos de consolidação institucional, renovação arquitetônica e expansão social.

O fato de haver resistido e se reinventado por mais de um século como guardiã da arte brasileira.

Secretário de Habitação é ouvido na CPI HIS da Câmara de São Paulo

A CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) das HIS (Habitações de Interesse Social) da Câmara Municipal de São Paulo ouviu na última reunião o secretário municipal de Habitação, Sidney Cruz. Vereador licenciado, ele foi convidado a prestar esclarecimentos sobre as ações do Executivo para evitar fraudes nas habitações de interesse social na capital paulista. Em seu depoimento, Cruz afirmou que um decreto municipal do início de 2025 aprimorou os mecanismos internos da pasta de fiscalização das unidades habitacionais, avaliação de denúncias e lavratura de multas em casos de irregularidades. “Hoje temos 677 notificações de empreendimentos, mais de 90 mil unidades foram notificadas”. De acordo com o secretário, o aprimoramento da legislação possibilitou um aumento de eficiência na Secretaria de Habitação. “Conseguimos notificar todos os empreendimentos. Todas as denúncias que chegaram foram acolhidas



Lucas Bassi | REDE CÂMARA SP

Sidney Cruz é Secretário e Vereador licenciado.

e notificadas, e estamos dentro do prazo administrativo de defesa dessas empresas”.

Neste quesito, em resposta ao relator da CPI, vereador Dr. Murillo Lima (PP), Cruz destacou que 28 multas foram lavradas apenas em 2025, totalizando R\$ 36 milhões em multas. “Dinheiro que será devolvido

aos cofres públicos”.

Ao ser questionado pelo presidente da CPI, vereador Rubinho Nunes (UNIÃO), o secretário de Habitação reforçou a importância da política vigente. “Esses processos administrativos estão em curso na secretaria. E eu tenho certeza que vamos avançar e vamos am-

pliar a análise desses processos, e vamos aumentar o número de multas aplicadas, de forma respeitosa com relação a todo o procedimento administrativo”.

A vereadora Silvia da Banca Feminista (PSOL) abordou denúncias de que grande parte das unidades habitacionais destinadas à população mais carente, na verdade, teria sido vendida a investidores. O secretário Sidney Cruz contestou a fala. “95% de todas as unidades HIS (Habitação de Interesse Social) saem da Caixa Econômica Federal. Não tem como afirmar que a maioria [foi comprada por investidores]”.

Os vereadores Isac Félix (PL) e João Ananias (PT) também fizeram questionamentos.

A reunião da CPI também contou com o depoimento de Carlos Eduardo Terepim, fundador e principal acionista da Vibra Residencial Ltda. Ele afirmou que a empresa tem 41 projetos predominantemente HIS e dois HMP (Habitação de Mercado Popular).

Regulamentação de mototáxis em SP

No próximo dia 24 de novembro (segunda-feira), a partir das 14h, a Subcomissão do Serviço de Transporte Individual de Passageiros por Motocicleta promoverá uma Audiência Pública para discutir a regulamentação do serviço na cidade de São Paulo. O colegiado é vinculado à Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica. Entre os convidados para o debate estão representantes do Detran-SP (Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo); Senatran (Secretaria Nacional de Trânsito); Secretário Municipal de Mobilidade Urbana e Trans-

porte; CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) e SPTrans (São Paulo Transportes S/A).

Como participar e acompanhar a audiência

Interessados no tema podem participar presencialmente na Câmara Municipal de São Paulo. Também é possível se manifestar por meio de videoconferência. O debate será transmitido ao vivo pelo Portal da Câmara, e pelas redes sociais do Legislativo paulistano, como o canal Câmara São Paulo no YouTube. Informações podem ser obtidas por meio do e-mail transito@saopaulo.sp.leg.br

Decisão recente

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria, no último dia 10 de novembro para derrubar a Lei que restringia o transporte individual remunerado de passageiros por motocicleta — o serviço de mototáxi. A norma, que exigia autorização prévia dos municípios para funcionamento de aplicativos como Uber e 99, foi considerada inconstitucional por violar os princípios da livre iniciativa e da livre concorrência, além de invadir competência exclusiva da União

sobre políticas de transporte e trânsito.

A lei paulista, sancionada em junho, impunha que motoristas de mototáxi só poderiam atuar com autorização prévia das prefeituras. Quem descumprisse a regra estaria sujeito a multas e sanções por transporte ilegal de passageiros.

A Confederação Nacional de Serviços (CNS) questionou a medida no STF, alegando que o estado criou barreiras indevidas a uma atividade econômica legal e feriu o direito de escolha do consumidor.